



Economia política da urbanização e dependência: uma análise a partir das lutas urbanas

Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas¹
Isabella Gonçalves Miranda²

Resumo

O presente artigo faz um resgate sobre a urbanização desigual no Brasil para em seguida apontar como acontece a extração de mais valia nas cidades, a formação do preço do solo urbano e a relação entre propriedade e renda fundiária da terra. Apresentam-se sujeitos políticos e movimentos sociais que, no confronto de classes no espaço urbano, lutam contra a superexploração por meio de práticas que tem a cidade como suporte de ação. Afirma-se que a luta pelo direito à cidade é uma luta essencialmente anticapitalista e que visa transformar radicalmente o espaço urbano de maneira que as classes populares urbanas possam fruir de seus direitos e viver com dignidade.

Palavras chave: Economia política urbana, segregação urbana, direito à cidade, lutas urbanas, teoria marxista da dependência.

Economía política de la urbanización y la dependencia: un análisis de las luchas urbanas

Resumen

Este artículo presenta una revisión de la urbanización desigual en Brasil y luego señala cómo la extracción de plusvalía en las ciudades, la formación de los precios del suelo urbano y la relación entre la propiedad y la tenencia de la tierra. Presentamos temas políticos y movimientos sociales que, en la confrontación de clases en el espacio urbano, luchan contra la sobreexplotación a través de prácticas que tienen a la ciudad como apoyo de acción. Se argumenta que la lucha por el derecho a la ciudad es una lucha esencialmente anticapitalista que busca transformar radicalmente el espacio urbano para que las clases populares urbanas puedan disfrutar de sus derechos y vivir con dignidad.

Palabras clave: economía política urbana, segregación urbana, derecho a la ciudad, luchas urbanas, Teoría marxista de la dependencia.

Political economy of urbanization and dependence: an analysis from the urban struggles

Summary

¹ Possui graduação, mestrado e é doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É advogado popular com experiência em conflitos fundiários, em mediação de conflitos, mobilização social e em criação e fortalecimento de redes em defesa do direito à cidade de grupos em situação de vulnerabilidade social. luizfernandovf28@gmail.com

² Doutora em Pós Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) e em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais; Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). bellagm2@hotmail.com

The article analyzes the unequal urbanization in Brazil and how the extraction of surplus value in the cities, the formation of the urban land price and the relation between land ownership and income of the land. It debates political actors and social movements that, in the confrontation of classes in the urban space, fight against the superexploration through practices that have the city as support of action. It concludes that the struggle for the right to the city is an essentially anti-capitalist struggle and aims at radically transforming the urban space so that the urban popular classes can enjoy their rights and live with dignity.

Key words: political economy of urbanization, urban segregation, right to the city, urban struggle, Marxist theory of dependency.

1 Introdução: Urbanização brasileira e crise urbana na cidade do capital

Como em outros países da América Latina a urbanização no Brasil aconteceu de forma intensa no decorrer do século XX. Em menos de cinquenta anos, entre os anos de 1940 e 1980, a população urbana do país tornou-se majoritária e hoje atingiu cerca de 84% do corpo social conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

A urbanização brasileira se deu com características próprias de um país marcado por uma temporalidade de longa duração da formação do Estado brasileiro e por um modelo de crescimento econômico dependente, ou seja, orientado para necessidades do mercado internacional e não para o interesse do povo brasileiro e calcado na superexploração do trabalho e na herança escravocrata.

A concentração de terras, a industrialização tardia e complementar ao setor de exportação primária, a superexploração do trabalho e as elevadas taxas de desemprego e subemprego nas cidades marcaram um processo de urbanização calcado na extrema desigualdade no acesso aos bens urbanos e no que toca à efetivação dos mais diversos direitos sociais que historicamente foram subtraídos das camaradas mais pobres e marginais. Assim, a urbanização brasileira forjou em seu bojo graves processos de segregação sócio espacial urbana como aponta Ermínia Maricato:

Durante mais de quatro décadas de industrialização tardia - de 1940 a 1980 -, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu mais de 7% ao ano. Ao mesmo tempo, o país viveu altas taxas de urbanização, concentrada especialmente nas metrópoles, que asseguraram oferta abundante de força de trabalho barata. À industrialização com baixos salários correspondeu a urbanização dos baixos salários: autoconstrução da casa, ocupação irregular da terra, extensão horizontal de bairros sem urbanização cuja ocupação era viabilizada pelo precário transporte sobre rodas, indispensável para transportar a força de trabalho. (MARICATO, 2011, p. 13).

De forma concreta temos mais de 32 milhões de brasileiros sem acesso ao abastecimento de água tratada, em relação ao atendimento por redes de esgoto o índice médio de atenção é de apenas 57,6% nas áreas urbanas das cidades brasileiras, o déficit habitacional no país alcança mais de 6.940.691 famílias de moradia segundo a Fundação João Pinheiro e, ainda, segundo o jurista e urbanista Edésio Fernandes temos no Brasil:

(...) mais de 50 milhões de brasileiros têm andado da casa para o trabalho, por não poderem arcar com os custos do deslocamento por transporte coletivo; um percentual crescente de pessoas tem dormido na rua, mesmo tendo casas, para não terem que arcar seja com os custos do transporte, seja com o longo tempo de deslocamento até o trabalho e o risco de demissão no caso de atraso. (FERNANDES, 2006, pág. 124).

Assim, percebe-se uma crise urbana sistêmica pulverizada no tecido social já que grande contingente da população brasileira não possui estabilidade social e acesso ao exercício efetivo de direitos básicos no espaço urbano tais como mobilidade urbana, direito à moradia, direito ao meio ambiente adequado, prestação regular dos serviços de água e luz e ao saneamento básico, além dos direitos sociais tais como educação e saúde de qualidade que conformam os meios de consumo coletivo inseridos na dimensão da reprodução da vida.

Essa crise, em um sentido amplo, se dá pela associação estrita entre poder econômico e poder político que buscam produzir e reproduzir as cidades em conformidade com os ditames do capital financeiro imobiliário em detrimento das reais necessidades, interesses e direitos dos pobres urbanos.

Durante o regime militar, a vinda de uma grande massa de trabalhadores do campo para a cidade, expulsos pelos processos de mecanização da produção e concentração de terras promoveu uma ampla oferta de força de trabalho, fazendo com que a exploração dos trabalhadores urbanos no limite do suportável (MARINI, 2012). O modelo de urbanização concentrador e centralizador, se baseava numa estrutura federativa autoritária que não previa autonomias municipais e desconsiderava as necessidades das populações locais, orientado para um processo de industrialização tardio, precário e desigual.

Com a redemocratização do Brasil se fortaleceu, através da Constituição Federal de 1988, um paradigma descentralizador e liberalizante das gestões locais. No entanto, a crise econômica da década de 1990, com a consolidação da agenda neoliberal para os países da América Latina - nova conformação da dependência naquele momento - levou a um recuo ainda maior das políticas sociais de transporte, habitação e saneamento e muitas das empresas que geriam os direitos sociais urbanos foram privatizadas de acordo com orientações de orga-

nismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, especialmente na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com a crise fiscal e a queda dos investimentos, o crescimento do desemprego e a orientação neoliberal da política econômica, muitas das promessas de uma vida digna para os brasileiros e brasileiras, de uma sociedade livre e justa, promessas contidas na Constituição Federal de 1988 quanto à gestão das cidades e da política urbana, ficaram apenas no papel.

Nesse período, contudo, se intensificaram as lutas de movimentos populares urbanos e as experiências locais de gestão participativa das cidades, ainda que sem recursos significativos. Os movimentos sociais e populares urbanos, as associações de bairro e outras organizações políticas elevaram a agenda da Reforma Urbana no país no período que antecedeu a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal (2003) e durante os primeiros anos dessa gestão. Nesse período houveram importantes conquistas institucionais como a promulgação do Estatuto das Cidades, Lei 10.257- 2001 e a criação do Ministério das Cidades (2003).

O Partido dos Trabalhadores (PT), no Governo Federal a partir de 2003, ostentava a posição de governar um país em processo de crescimento econômico - média de crescimento do PIB de 4% ao ano durante os dois mandatos do presidente Lula (IBGE, 2010). Nesta posição, privilegiou determinados setores do capital ligados aos megaprojetos de infraestrutura, com especial impacto nas cidades, e o mercado financeiro.

A construção civil e todo o aparato de frações da burguesia e setores do capital que se reproduzem a partir desse campo econômico conseguiram estabelecer certa hegemonia na associação da política anticíclica aplicada pelo governo brasileiro, um dos exemplos é o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), como resposta à crise econômica internacional de 2008. Sobre isso veja-se o que afirma Ermínia Maricato:

A construção civil foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico graças aos investimentos em obras de infraestrutura e habitação. Outro setor que teve muito incentivo para crescer, com forte impacto para as cidades, foi a indústria automobilística. Vamos tratar dessa trinca de capitais – capital imobiliário, capital de construção pesada e indústria automotora – que garantiram uma reação anticíclica positiva em relação à crise internacional de 2008, mas conduziram as cidades para uma situação trágica após quase 30 anos de baixo investimento.

A retomada dos investimentos públicos começou lentamente, freada pelas travas neoliberais que proibiam gastos sociais. Mas a partir de 2007 o governo federal lançou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Com o primeiro, a atividade de construção pesada começa a decolar e, com o segundo, é a construção residencial que decola. (MARICATO, 2015, pág. 37).

O desenvolvimento da infraestrutura no país pela construção civil não foi orientada, portanto, para a superação da crise urbana. Ela atendeu as necessidades de ampliação da infraestrutura do país, submetida aos interesses do capital. Um exemplo nesse sentido são os investimentos no setor energético.

Nos anos marcados pelo crescimento econômico e altas taxas de investimento público (governos Lula e Dilma) amplos recursos foram drenados dos cofres públicos para o setor energético, através de inversões de capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC 2 investiu 640,2 milhões de reais no setor energético, com a previsão de construção de 54 novas hidrelétricas no Brasil e em países vizinhos da América Latina. Também foram investidos 18 bilhões de reais na extensão da rede elétrica para o meio rural - o Programa Luz para Todos. Hoje, 97,8% dos domicílios brasileiros possuem acesso à energia elétrica. Mesmo assim, a energia produzida no país é consumida majoritariamente pela grande indústria. Em 2008 o setor industrial consumiu 46% da energia elétrica enquanto o setor residencial consumiu apenas 24% (ZIBECHI, 2012).

Na esteira dessa aliança com determinados capitais nacionais e a partir da necessidade de manter a função dependente do país internacionalmente, foi montado poderoso aparato instrumental institucional através destes programas urbanos, e conformando um padrão de relação com os setores populares baseado na conciliação de classes, no aumento do acesso ao consumo de bens duráveis como o automóvel e a casa própria.

Com um mercado consumidor em expansão, um país em crescimento econômico que se apresentava ao mundo por meio de megaprojetos de infraestrutura e megaeventos que alteravam a paisagem urbana, a cidade tornou-se um verdadeiro balcão de negócios. O progresso e o desenvolvimento como estandartes da política “progressista” e de esquerda nas cidades, significaram remoções forçadas, obras superfaturadas, o aumento exponencial da especulação imobiliária e do custo de vida, o que intensificou a segregação urbana.

Muitos dos movimentos urbanos que então realizaram lutas pela Reforma Urbana nos anos de 1980 e 1990 institucionalizam-se nos fóruns e conselhos governamentais para administrar a política habitacional e abandonam, em grande medida, a agenda mais profunda de luta pelo direito à cidade.

Leonardo Avritzer, cientista político que analisa temas da participação, argumenta em seu livro *Impasses da Democracia no Brasil* (2016) que embora o país tenha promovido desde a redemocratização um robusto sistema de participação social, com mais de 20 mil conselhos, o setor da infraestrutura relacionado às grandes obras e aos planos de desenvolvimento,

onde circulavam vultuosos recursos, não tinham qualquer incidência de participação. Em torno das obras de infraestrutura, por sua vez, cresciam as denúncias de corrupção e o sentimento de crise institucional. Segundo Avritzer, nesse pano de fundo cresceram um setor crítico dos movimentos de reforma urbana.

Mas novas formas de resistência territorial, centrais sindicais e movimentos urbanos emergem em oposição ao PT a partir de 2004-2005. A partir daí acontecem importantes eventos como a criação do partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2004, o escândalo do Mensalão que apontava compra de base parlamentar e os limites do presidencialismo de coalizão em 2005, o surgimento da Central Sindical e Popular (Conlutas) em 2010 e a Intersindical - Central da Classe Trabalhadora em 2014. Em 2005 que é fundado o Movimento Passe Livre (MPL) ator muito importante na eclosão das Jornadas de Junho de 2013 e na luta pelo direito de ir e vir na cidades. Na década de 2000 surge também importantes organizações que lutam na pauta urbana como as Brigadas Populares (2005), o Movimento Sem-Teto da Bahia (2003) e o Movimento dos trabalhadores Sem-Teto (MTST) se fortalece no período.

Com a eclosão das Jornadas de Junho de 2013 as lutas urbanas se radicalizaram e intensificaram ainda mais no país. A fagulha que incendiou as Jornadas de Junho foram o aumento da tarifa de transporte em São Paulo e as repressões sofridas pelas manifestações convocadas pelo MPL. Após intensas mobilizações em todo o país ocorreu a redução das passagens de ônibus em mais de 100 (cem) cidades brasileiras e o transporte, dois anos depois, passou a ser considerado um direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 por via da Emenda Constitucional 95 de 2015.³

As primeiras manifestações puseram em evidência a emergência de novos atores políticos nas cidades e o questionamento sobre a crise urbana brasileira. Ermínia Maricato (2013), no artigo “É a questão urbana, estúpido!”, publicado no livro *Cidades Rebeldes*, destaca elementos dessa crise: violência urbana que fez as taxas de homicídio crescerem 259% entre 1980 e 2010; as políticas de desenvolvimento e acesso ao consumo de massas, que fez crescer também a especulação imobiliária; a crise da mobilidade urbana e os despejos forçados.

Importa registrar que o aumento das passagens de ônibus, bem como os questionamentos feitos no período, colocam em questão o modelo de cidade empresa intensificado nos últimos anos (VAINER, 2013). De um lado, altos preços de tarifas do transporte público e limitações à mobilidade urbana de amplas parcelas sociais. De outro, isenções para a indústria

³ Veja em quais cidades houve redução da tarifa do transporte em 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>. Acesso em 29 de Junho de 2017.

automotiva e efetivação de um projeto urbano voltado para a realização de obras que privilegiam o capital imobiliário e de construção civil.

Como mostra Leonardo Avritzer (2016) no livro *Impasses da Democracia no Brasil*, ao longo das Jornadas de Junho de 2013 deu-se uma disputa de narrativas onde as redes sociais e os meios de comunicação hegemônicos tiveram um papel central. Os protestos, que começaram denunciando elementos da crise urbana, em poucos dias passaram a focar críticas ao governo Dilma, aos gastos da Copa, à segurança pública, a saúde e educação. Essa disputa remota eventos como o dia 17 de junho de 2013, quando às ruas lotadas de manifestantes se fragmentaram em pautas difusas e quando emergiram vozes representantes do pensamento conservador, punitivista e antidemocrático, que não costumava ocupar a cena pública dessa forma. Sabe-se que a abertura realizada em Junho de 2013 foi orientada por setores conservadores até a realização do Golpe parlamentar em 2016, mas tal fato não desabona a pungência da luta pelo direito à cidade no ciclo apontado.

Diante do colocado tem-se de um lado, setores do capital em relação direta com o aparato estatal buscando a extração de lucro do espaço urbano, de outro, amplos setores sociais que têm seus direitos vilipendiados resistem e lutam contra esse projeto de cidade excludente. A luta de classes no espaço urbano em torno da apropriação da cidade como valor de uso ou valor de troca está dada.

2 Formação do solo urbano e apropriação de mais-valia fundiária nas cidades: a questão da renda fundiária da terra

Para compreendermos a produção da cidade enquanto mercadoria, e como os espaços urbanos são apropriados enquanto valor de troca em contrariedade à sua fruição como valor de uso é necessário recorrermos à análise da propriedade fundiária e sua relação com a renda fundiária.

A renda é projeção econômica de uma relação jurídica que envolve uma propriedade individual que pode ser usada de forma absoluta, da forma que aprouver a seu titular, sem considerar a necessidade coletiva de cumprimento de função social da terra. Nessa lógica, o proprietário pode opor à coletividade a sua soberania sobre determinada parcela de terras e decidir sobre usar, gozar ou dispor do bem cedendo ou não o uso da terra a outras pessoas.

Nessa linha de raciocínio que Karl Marx cunhou a célebre formulação de que essa categoria supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do glo-

bo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular com exclusão de todas as demais vontades (MARX, 1974).

A propriedade fundiária individual funda o modo de produção capitalista na medida em que ela exclui as massas populares do acesso à terra e as jogam para a reprodução da vida por meio da venda força de trabalho por troca de salário e sendo que esse registro é calcado na extração de mais valia e a consequente subjugação dos trabalhadores.

Karl Marx analisando a expropriação de terra pertencente à população rural, no volume I de “O Capital”, aponta o seguinte: “O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 2013, pg. 792)

David Harvey, com fundamento em Marx, afirma que a terra tem um valor de uso a ser considerado em sua relação com o modo de produção capitalista e deve-se apontar esse valor na medida em que ela é uma das fontes para a riqueza ao ser o suporte para produção ou reprodução da vida. Veja-se:

A terra e o trabalhador constituem os ‘mananciais de toda a riqueza’. Em seu estado virgem, a terra é o ‘objeto universal do trabalho humano’, ‘a ‘condição original’ de toda produção e o repositório de uma variedade aparentemente infinita dos potenciais valores de uso ‘espontaneamente proporcionados pela natureza’. Entretanto, essa concepção universal só é útil na medida em que indica as condições que o capital deve enfrentar ou modificar. O valor de uso da terra e de seus pertences tem de ser considerado em relação ao modo de produção capitalista. (HARVEY, 2013, pág. 431).

Tais afirmações devem ser lidas a partir da constituição de uma chave interpretativa da propriedade em sua dimensão de valor de uso em detrimento do valor de troca. Um proprietário que não exerce uma função social em um terreno não pode ser legitimado pelo sistema jurídico-político e ter sua posição reconhecida se, lado outro, há uma comunidade de sem-teto que tomou a terra para efetivar seus direitos fundamentais. Tal exemplo demonstra que não há propriedade que possa ser absoluta diante dos imperativos das necessidades humanas e da efetivação de direitos para as grandes massas urbanas excluídas dos benefícios do processo de urbanização.

A partir da submissão da produção da cidade pelo capital e sua transformação em mercadoria, a disputa da cidade se dá por amplas frações do capital que querem obter extração de lucro a partir da gestão e da apropriação privada do espaço urbano. Setores burgueses que buscam ganhos no sistema de coleta de lixo das cidades, empreiteiras que fazem obras de infra-estrutura, incorporadoras imobiliárias, fábricas de automóveis que abastecem o mercado do transporte privado e construtoras são exemplos de atores que, em associação com o Estado,

formam um bloco de poder capitalista na reprodução das cidades. Nesse sentido veja-se Jaime Osório:

O Estado cumpre funções econômicas em estreita relação com a reprodução do capital, que necessita de fatores políticos e ideológicos para se realizar.(...) Em suma, o papel do Estado na reprodução do capital exige políticas econômicas e formas de intervenção diferentes de acordo com o padrão concreto de reprodução do capital. De todo modo, porém, a forma de intervenção está marcada historicamente pelos interesses hegemônicos do capital. (OSÓRIO, 2014, págs, 79 e 82)

De outro lado, a disputa da cidade se dá por setores insurgentes que lutam pela cidade em sua dimensão de valor de uso de forma a efetivar a sua fruição plena e também suas maiores potencialidades. Para tanto estabelecem táticas e forjam instrumentos de pressão contra esse bloco de poder e de forma articulada buscam criar fraturas no tecido social e urbano e nas estruturas políticas de forma a anunciar a superação de tal conjunto de forças opressivas.

Nessa verdadeira luta de classes no espaço urbano a categoria renda fundiária urbana ganha destaque. E releva notar que grande parte do processo de valorização de uma área urbana guarda relação com os investimentos estatais e a gama de serviços que determinada localidade oferece e as disputas entre capitalistas e suas frações sobre essas áreas.

Para demonstrar essa linha de raciocínio veja-se como a professora Margarete Maria de Araújo Silva da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no artigo “*Renda Fundiária Urbana*”, aborda a questão específica da disputa entre atores capitalistas:

Por não ser a terra um bem produzido, ela não tem valor, mas adquire um preço formado a partir das diversas demandas dos agentes capitalistas o que implica na análise das relações entre valorização dos capitais e o uso do solo. ‘O preço da terra é somente um reflexo da disputa entre os diversos capitalistas pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros de localização’.

O preço do solo será determinado pelo agente que realizar o maior faturamento com seu uso, seja ele o proprietário ou o incorporador, “O preço fundiário nada mais é, portanto, do que um sobrelucro que o incorporador deixa de realizar em função da concorrência pela compra do terreno.” (SILVA, 2011, pág. 118).

Diante desse contexto de disputas por sobrelucro em função da localização e obras públicas, o ciclo de reprodução desigual das cidades afeta sobremaneira os trabalhadores. A terra urbana serve de base para os meios de produção, para a circulação de mercadorias ou para o consumo coletivo e o seu valor depende da posição e realização desses pressupostos no

espaço - localização, acesso por meios de transporte e capacidade de fruição de bens urbanos proporcionados pelo nível de investimento em políticas urbanas pelo Poder Público.

Essa reprodução por espoliação pode ser descrita da seguinte forma: o trabalhador sofre a opressão na exploração de sua força de trabalho com a extração de mais-valia ou no trabalho precarizado, também no acesso desigual aos direitos no espaço urbano e, por fim, sofre com a tributação brasileira que é extremamente regressiva incidindo proporcionalmente mais no consumo.

Essa riqueza produzida coletivamente e apropriada pelo Estado via tributos é aplicada em obras e serviços públicos que valorizam determinada região e interesses especulativos em detrimento de territórios periféricos que são os mais carentes de investimento público. Dessa forma, a produção do solo urbano nas cidades e seu modelo de desenvolvimento está marcada pela completa espoliação das classes populares urbanas.

As mais-valias urbanas proporcionadas pela ação do Estado com recursos advindos de toda a coletividade, em especial dos mais pobres que proporcionalmente pagam mais impostos no Brasil do que os ricos, são apropriadas de forma privada por setores capitalistas em associação direta com o Estado. Nessa direção, há a transfiguração feita pelo Estado dos interesses sociais particulares como se fossem interesses de toda a sociedade (OSÓRIO, 2014). Esses interesses particulares orientam a produção de uma cidade pelo mercado, rasgada pelas dinâmicas do racismo estrutural e do patriarcado. O universal masculino e branco, que historicamente detém terras no país, expressa o sujeito para o qual a cidade é moldada.

O conteúdo econômico da propriedade é condicionado também pela permissão de construção dada pelos municípios, no caso da legislação brasileira, aos donos de terras. Trata-se do chamado potencial construtivo de um terreno e a determinação de zoneamentos urbanos que limitam ou favorecem a expansão dos lucros do setor imobiliário.

Exemplo de uma relação espúria desse arranjo são as Operações Urbanas Consorciadas no Brasil (OUC) - instrumentos jurídico-urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257-2001) que garantem alteração dos parâmetros construtivos de determinadas áreas das cidades em troca de retribuição financeira aos municípios conformando a gestão empresarial do espaço.

A cidade do capital não oferece possibilidades reais de satisfação dos direitos urbanos para as massas populares e o Estado não é capaz de intervir de forma efetiva no espaço urbano de maneira a garantir a terra para quem precisa. Tal fato leva as classes populares urbanas a constituírem suas moradias em ocupações, vilas e favelas e a partir daí lutam para sua repro-

dução com dignidade de forma a resgatar aquilo lhes é negado - o acesso à terra para afirmação de uma vida digna.

Nessa forma de controle e garantia da reprodução do capital nas cidades o elemento da terra se torna central. A terra e os bens comuns da cidade, como mercadorias, em disputa por setores capitalistas em aliança com o Estado se torna território, valor de uso, a partir do momento em que relações sociais insurgentes se apropriam da cidade formando sujeitos coletivos na luta pela valor de uso do urbano como veremos adiante.

3 Superexploração, luta de classes e formação de um sujeito político coletivo no espaço urbano

A relação de dependência econômica entre nações formalmente independentes, segundo Ruy Mauro Marini, se dá nos marcos das relações de produção, mais precisamente por meio da superexploração da força de trabalho segundo os mecanismos de extração de mais valia - sobre como a riqueza produzida coletivamente é apropriada individualmente pelo detentor dos meios de produção sendo uma forma específica na qual o salário (preço da força de trabalho) está abaixo do seu valor social. Nesse sentido, o seguinte trecho de sua obra:

A produção e acumulação capitalista tem como mecanismo fundamental a criação de mais-valia. Basicamente, esta corresponde à diferença entre valor produzido pelo trabalhador e a parte do mesmo que lhe é devolvida, devolução que se faz de várias formas, dentre as quais a mais geral é o salário. Considerada a partir do outro extremo dessa relação, a mais-valia é a parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o proprietário dos meios de produção, isto é, o capitalista. A taxa de mais valia consiste na relação existente entre valor da parte apropriada pelo capital e o valor restituído ao trabalhador, qualquer que seja sua forma.(MARINI, 2012, pág. 171).

Nas cidades, essa superexploração do trabalho ganha contornos amplificados se considerarmos que a opressão não está apenas no local de trabalho, mas também no modo como as cidades são reproduzidas, nas relações entre centro e periferia e no cotidiano periférico afetando, por exemplo, o deslocamento da força de trabalho e sua distância localização da moradia. A superexploração está no âmbito propriamente da espoliação e interfere diretamente na vida cotidiana das cidades.

Marini também afirma que mais que uma relação entre produtos, entre coisas, a mais-valia expressa uma relação de exploração (MARINI, 2012). Nessa linha de pensamento há de se considerar que a extração da mais valia se dá também a partir das relações territoriais, cotidianas e das centralidades e periferias nas cidades. Assim como a riqueza é produzida coleti-

vamente e apropriada pelo detentor dos meios de produção, a cidade também é produzida coletivamente, mas os direitos urbanos nela exercidos não são acessíveis plenamente a todos.

Tome-se como exemplo uma mulher trabalhadora, mãe e solteira que ganha um salário mínimo e precisa manter todas as necessidades vitais de sua família com essa quantia. Ela trabalha 08 horas por dia, numa jornada que pode alcançar 40 horas ou 44 horas segundo a previsão da Constituição da República, dispende um tempo considerável no deslocamento já que mora em regiões periféricas da cidade e constrói sua moradia em terrenos considerados irregulares ou é tomado pelo pagamento de aluguel que lhe subtrai outros direitos. Chegando em casa ela cumpre ainda uma jornada de trabalho adicional no cuidado com a casa, os filhos, os idosos. Quando o Estado falha no atendimento básico dos direitos de cidadania, situação corriqueira nas periferias, é sobre ela que recairão as responsabilidades pelas tarefas de cuidado.

O modo de urbanização capitalista dependentemente fraciona de distintos modos a experiência dos diferentes sujeitos na cidade, interseccionados por classe social, gênero e raça. A espoliação tende a ser mais profunda para essas mulheres, que chefiam mais de um terço das famílias brasileiras e recebem em média 30,5% a menos do que homens brancos. Para elas, morar precariamente, de aluguel ou de favor e em distantes periferias, restringe as condições de acesso ao emprego e aos serviços públicos básicos, tais como creches, escolas e postos de saúde. Portanto, não é sem razão que as mulheres estão em grande número em ocupações, construindo comunidades e resistindo às ofensivas do mercado imobiliário associado ao Estado.

A tradição da autoconstrução é a alternativa que resta às classes populares urbanas, trabalhadores superexplorados, desempregados ou participantes do mercado informal. Há insegurança na posse para as famílias e há moradias precárias, mas também é a alternativa que historicamente deu conta de minimamente ser uma solução para grandes contingentes da população excluída do direito à cidade.

Nessa linha de raciocínio o tempo e a produção de riqueza de um trabalhador é apropriado por seu empregador direto, pelos consórcios capitalistas que administram as chamadas máfias do transporte nas cidades e aplicam tarifas muito altas e, ainda, por setores sociais que utilizam seus imóveis para obtenção de renda por via da cobrança de aluguéis.

Os trabalhadores de países dependentes como o Brasil sofrem com a espoliação aplicada para reduzir o valor do seu trabalho com o intuito de equilibrar a taxa de lucro da burguesia face à desigualdade das trocas no mercado mundial. A superexploração se dá, portanto, não pelo aumento da capacidade produtiva, mas pelo aumento da exploração do trabalhador

através do aumento da intensidade do trabalho, da jornada de trabalho e da redução do consumo do trabalhador além do seu limite normal.

A superexploração, consome, destrói e mata os trabalhadores e sua força de trabalho. O trabalhador superexplorado não constitui um mercado consumidor forte e dinâmico, portanto não é relevante para uma economia capitalista dependente o atendimento de suas necessidades mais básicas. As economias dependentes existem para atender as exigências da circulação capitalista do mercado mundial e não do mercado interno. Ou seja, enquanto nas economias centrais o consumo interno é fundamental para a realização do capital e para o início de um novo ciclo de acumulação, nas economias dependentes a produção se dá em função de um consumo exterior de forma que apenas interessa à burguesia o aumento da quota de mais-valia.

No âmbito da questão urbana há uma necessidade imediata de consumo nas despesas por moradia, transportes e outros bens e serviços urbanos. Essas necessidades compõem o valor da força de trabalho, ou seja, é um consumo fundamental para sua reprodução. A superexploração significa que este baixo consumo (de produtos manufaturados), na cidade se transfigure em espoliação, ou seja, impossibilidade de uso urbano, de afirmação do direito à cidade.

Isso faz com que o mercado interno latino-americano seja estratificado. Os não trabalhadores historicamente consomem a partir das importações, as classes médias também lograram aceder a níveis de consumo mais elevados, recorrendo à parte das importações, o que em muitos casos a afasta simbolicamente de uma identidade trabalhadora, e os trabalhadores se viram como podem a partir de um mercado interno rudimentar. (MARINI, 1991).

Há especificidades na manutenção da sobrevivência que possuem relação com o consumo de bens manufaturados genéricos e aos bens-salário, principalmente a moradia e os meios de transporte. De um lado, surge a necessidade de uma produção autônoma e nacional bem como o desenvolvimento da ciência e tecnologia como instrumento de soberania ao garantir a produção interna necessária. De outro, é fundamental para o rompimento com a superexploração a luta pela efetivação de direitos sociais as classes populares urbanas tais como a moradia digna e o direito ao transporte público de qualidade e livre do monopólio das concessionárias de ônibus.

Por isso é elemento central na luta dos trabalhadores nos países dependentes que os setores produtivos se posicionem na luta de classes a partir de elementos de enfrentamento direto com o nó da dependência: a produção nacional. E, também, que haja um enfrentamento na

dimensão da reprodução material criando estruturas comunitárias autônomas que sejam capazes de efetivar direitos relacionados à manutenção de uma vida digna.

Para Ruy Mauro Marini as relações de dependência econômica produziram uma grande massa de subproletários ou populações marginais urbanas incapazes de desenvolver uma consciência de classe. Como se vê nos trechos do livro *Subdesenvolvimento e Revolução*:

O traço mais dramático dessa situação foi, no entanto, o crescimento espantoso das populações marginais urbanas, aglomeradas em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias. Sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse subproletariado - que chega a superar, em certas cidades, um terço da população total - sequer pôde se somar à reivindicação básica do proletariado industrial - a extensão horizontal do emprego ou, melhor dito, o direito ao trabalho -, e se limitou, na maior parte dos casos, a reivindicações de consumo; converteu-se, assim, em massa de manobra de políticas demagógicas por excelência, pela impossibilidade objetiva de desenvolver uma consciência de classe, representou um dos suportes fundamentais do populismo.

As ilusões populistas e nacionalistas criadas pela burguesia também ecoaram nas classes médias (...). Mais do que isto, as classes médias, participando objetivamente do processo de marginalização que afetava o subproletariado, coincidiu muitas vezes com este em suas reivindicações de consumo e confundiu inclusive o movimento próprio do subproletariado com a luta de classe dos trabalhadores industriais, tornando-se ela própria outro suporte fundamental do populismo (MARINI, 2012, p. 68 e 69).

Entretanto, o trabalho precário e superexplorado, a grande massa de desempregados e trabalhadores informais e autônomos no meio urbano brasileiro, conjugado a atual instabilidade das relações de trabalho e emprego formais têm se tornado a realidade da maioria da população. Esses fatores dificultam o processo de formação de uma identidade coletiva de classe que agregue determinado setor do mundo do trabalho em torno de uma plataforma de lutas, como propõe Marini.

No entanto há experiências de ação direta que transformam e desafiam essa lógica como a Ocupação Vicentão realizada no centro da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que articula a luta por moradia digna com a luta pelo trabalho ambulante nas ruas da cidade criando uma identidade coletiva em torno da resistência aos ataques e violências institucionais realizadas pelo Poder Público e pela Polícia Militar.

A referida ocupação aconteceu no dia 12 de Janeiro de 2018 e foi realizada por pessoas sem-teto e trabalhadores ambulantes que haviam sido proibidos de trabalhar nas ruas do centro da cidade e sofreram forte repressão policial que se utilizou até mesmo do “Caveirão” - veículo blindado do Comando de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Outro exemplo dessa articulação entre produção e reprodução é a fábrica ocupada Flaskô (2003), única do Brasil que opera sob a gestão autônoma dos trabalhadores após a falência da empresa. No âmbito do trabalho na fábrica houve conquistas como a redução da jornada de trabalho, diminuição de diferenças salariais e exclusão do trabalho no sábado sem afetar a produtividade e os salários. Ao processo de produção se associaram outras formas de luta e assim foi construída uma Vila Operária e Popular e uma Fábrica de Esportes e Cultura.

Nos anos de crescimento econômico do país sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) investiu-se na expansão do mercado interno brasileiro através do aumento da taxa de formalização do trabalho, aumento do salário mínimo, do acesso ao crédito e ao consumo de bens duráveis, como automóveis e moradias, e bens não duráveis de baixa qualidade, como celulares, televisores, equipamentos de som e outros eletrônicos, importados sobretudo da China. (POCHMANN, 2014).

Através dos mecanismos do mercado capitalista o governo tentou atacar as consequências da dependência, realizando uma espécie de pacto e conciliação de classes. No entanto, deixou intocadas as raízes e causas da dependência que residem no modelo de desenvolvimento brasileiro. Quando o crescimento econômico se desacelerou, o pacto de classes se desfez e uma grave crise política se instaurou no país resultando em um Golpe parlamentar e midiático em 2016 que possui como foco principal a retirada de direitos, o rebaixamento da soberania popular e o aprofundamento da superexploração do trabalho.

Embora nesse período a capacidade de consumo da população tenha de fato crescido, o que levou o próprio governo a formular o ideário falseado de uma “nova classe média no país”, as condições de vida da população se mantiveram precárias e a crise urbana chegou mesmo a se aprofundar diante da não realização de reformas estruturais e universalização real de direitos.

A carência de serviços públicos como hospitais e meios de transporte eficientes, a ausência de uma política habitacional efetiva, levaram a individualização das soluções e das responsabilidades sobre a reprodução social dos trabalhadores: planos de saúde privados, universidades privadas, a transformação da moradia em mercadoria e a solução unimodal e rodoviária de transporte transformaram as cidades em espaços ainda mais caóticos e mercantilizados. A cidade se torna, ainda mais, um grande balcão de negócios e um espaço de extração salarial e exploração dos trabalhadores e dos investimentos do Estado que são apropriados de forma privada.

A crise urbana está colocada. O pacto de classes e a proposta de inclusão dos trabalhadores mediada pelo consumo encontra seu limite territorial nas cidades. A realização da Copa

do Mundo de 2014 no Brasil e as Jornadas de Junho de 2013 demonstram os limites claros desse modelo de inclusão pelo consumo e são o estopim de uma série de lutas urbanas que colocam em xeque o sistema político.

O substrato compartilhado do chão da fábrica como elemento agregador e de formação de uma identidade comum, que em diversos momentos facilitou os processos de luta e resistência de classe, se mostra limitado na atualidade para constituir nos países da América Latina atual o sujeito revolucionário que Marini defendia como uma “vanguarda operária revolucionária” (MARINI, 2012). Hoje as cidades e suas periferias proporcionam em grande medida esse elemento de identificação já que grandes parcelas da população superexplorada encontram-se territorialmente localizadas em ocupações urbanas, bairros populares, vilas, favelas e aglomerados.

O processo capitalista excludente de formação das cidades brasileiras e sua reprodução atual criaram a segregação sócio espacial urbana. Dessa forma, o território periférico expressa a luta de classes no espaço urbano já que os locais de moradia das classes altas, médias e populares se diferencia e a localização na cidade, central ou periférica, determina uma posição favorável ou não no acesso a diversos bens, serviços urbanos e acesso à direitos.

Mas qual o caráter distintivo de uma identidade que se forma a partir do território e da identificação das contradições inerentes à reprodução do capitalismo no espaço urbano? Podem as lutas territoriais, não estando diretamente conectadas às relações de trabalho, constituírem efetivas identidades de classe e impulsionarem processos revolucionários?

Se o critério da verdade é a prática, na América Latina as identidades territoriais, como as de sem-teto, sem-terra, trabalhadores desempregados, étnicas e raciais, mais do que a identidade operária que emerge do chão de fábrica, constituíram importante substrato para lutas sociais, revoltas e mesmo processos revolucionários que vieram a lume no espaço urbano.

Cita-se como exemplo processos de revolta potentes como foram a Guerra do Gás (2003) e a Guerra da Água (2000) na Bolívia, momento em que a luta por bens comuns, valores de uso da terra que devem ser compartilhados, como a água e o gás, serviram de estopim para revoltas ao serem apropriados por empresas privadas estrangeiras símbolos do imperialismo. Tais lutas anunciaram uma nova configuração política no país que culminou com a formação de uma força social que se transformou em política com a ascensão de Evo Morales à presidência do país.

Os Piqueteros na Argentina, movimento de desempregados que usou a tática de travamentos de vias para ganhar força e questionar o sistema econômico e político, chegando a

mobilizar grandes massas, reunindo dezenas de milhares de pessoas em atos políticos e ações diretas, é outro exemplo de movimento, ou movimento de movimentos, que usou o território das cidades como grande suporte das lutas.

Trazem-se à tona as lutas em torno do passe livre e da redução das tarifas de transporte no Brasil que já experimentaram levantes como a Revolta do Buzú (2003) em Salvador que acabou por influenciar a Revolta da Catraca em Florianópolis (2004 e 2005) com conquistas de redução da passagem e a própria criação do Movimento Passe Livre (2005), um dos atores nas Jornadas de Junho de 2013 que conseguiu reduzir a passagem em mais 100 cidades brasileiras.

As ocupações de terras, urbanas ou rurais, também expressam lutas territoriais com dimensão massiva que conseguem fazer um enfrentamento ao Estado-Capital revelando a enorme potencialidade dos territórios insurgentes enquanto articuladores de identidades com forte caráter de classe.

Outro exemplo exitoso da tática de ocupações foram as centenas de ocupações de escolas por estudantes, em 2016, contra a reforma do ensino médio e contra a então Proposta de Emenda Constitucional 241, hoje Emenda Constitucional 95, que congela as despesas do Governo Federal estabelecendo um regime fiscal que resulta em corte de investimentos em direitos sociais, por até 20 (vinte) anos.

As lutas urbanas que emergem nesse início de século no Brasil e em outras partes do mundo transcendem a simples esfera das reivindicações de inclusão, consumo e acesso e apontam horizontes transformadores e revolucionários para a política considerando-se que a luta pela transformação das cidades é uma luta anticapitalista. Nessa linha de intelecção David Harvey afirma:

Portanto, é evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com os protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos. (HARVEY, 2014, pág. 213).

Assim, as cidades se tornam grandes espaços de resistência ao capitalismo a partir de lutas que utilizam a produção do território como elemento organizador de identidades coletivas insurgentes na busca pelo direito à cidade entendido em sua dimensão de enfrentamento ao capitalismo e sua forma de se apropriar do urbano.

O direito à cidade, assim, se configura em torno das lutas pelo direito de transformar radicalmente a cidade em outras cidades possíveis (HARVEY, 2013) que atendam aos reais interesses, desejos, direitos, necessidades materiais e protagonismo no exercício do poder político por parte daqueles que são excluídos urbanos. O direito e o dever que os últimos da sociedade têm em arrancar o processo de produção e reprodução das cidades das mãos do capital-Estado e de criar uma nova sociabilidade urbana.

Isso é o que chamamos poder popular - o acúmulo e execução de capacidades das mais diversas (políticas, econômicas, sociais, organizativas, tecnológicas, auto-defesa, auto-sustentação) por sujeitos políticos coletivos, forjados nas resistências por via da organização popular e práticas de gestão direta de sua vida. Dessa forma, tais sujeitos instauram processos com capacidade de resistência e reexistência diante da centralidade autoritária do capital-Estado criando fissuras e rupturas com a ordem social estabelecida de forma a construir a superação dessa ordem.

4 Conclusão

Buscou-se nesse artigo trabalhar em uma perspectiva materialista que aborda a tríade tempo-espaço-processo como unidade (HARVEY, 2013). O esforço feito foi no sentido de fazer uma leitura da dependência a partir da economia política da urbanização colocando em destaque a importância das lutas nas cidades, os sujeitos coletivos que emergem no urbano e suas lutas contra o capital.

Assim, a primeira parte do texto tratou de um breve apontamento histórico sobre o processo de formação desigual da estrutura urbana brasileira. A segunda parte buscou demonstrar como ocorre a extração da mais valia no espaço urbano em função de investimentos públicos e disputas entre capitalistas. A terceira parte se debruçou sobre o sujeito político urbano e processos de resistência com potencial revolucionário.

Buscou-se demonstrar que a cidade é um lugar marcado pela injustiça social e que as classes populares urbanas sofrem com a opressão em torno das disputas capitalistas empreendidas no espaço urbano. Tal conjuntura cria resistências levadas a cabo por sujeitos políticos que travam uma verdadeira luta de classes nas cidades. Essa luta é uma luta pelo direito à cidade, com conteúdo essencialmente anticapitalista, uma luta para transformar radicalmente as cidades e a forma como são produzidas e reproduzidas.

Referências

AVRITZER, Leonardo. (2016). *Impasses da Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRASIL. Ministério das Cidades. (2016). Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2014. Brasília: SNSA/MCIDADES.

BRAUDEL, Fernand. (1978). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva.

CENSO 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=&t=censo-2010-populacao-brasil-de-190-732-694-pessoas> . Acesso em 12-03-2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2013: RESULTADOS PRELIMINARES. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>. Acesso em 12-03-2018.

FERNANDES, Edésio. (2006). *Direito e Gestão na Construção da Cidade Democrática no Brasil*. In: *As cidades da cidade*. Carlos Antônio Leite Brandão (org.) – Belo Horizonte: Editora UFMG.

HARVEY, David. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

HARVEY, David. (2013). *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, David. (2013). *Para entender o Capital, Volume I*. São Paulo: Boitempo.
(2015) *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

MARICATO, Ermínia. (2013). “É a questão urbana, estúpido” In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo; Carta Maior, São Paulo.

MARICATO, Ermínia. *Metrópoles desgovernadas*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 de maio de 2018.

MARX, Karl. (1974) *O Capital*. Livro 3, Vol.VI. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.

MARX, Karl. (2017). *Os Despossuídos*. Debates sobre a Lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Editora Boitempo.

OSÓRIO, Jaime. (2104) *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões.

POCHMANN, Márcio (2014), O mito da grande classe média - capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. (2011) Renda Fundiária Urbana. In: Revista Bandung, vol. 1. Ed. de estreia. Belo Horizonte.

VAINER, Carlos. (2013). “Quando a cidade vai às ruas”. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo; Carta Maior, São Paulo.

ZIBECHI, Raul. (2012) *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Tradução de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência.